

“O que me é permitido esperar?”: a questão da esperança no escrito sobre a religião de Kant

[“What may I hope?”: The question of hope in book about Kant's religion]

Letícia Machado Spinelli *

Universidade Franciscana (Santa Maria, Brasil)

Kant não tratou especificamente da esperança, no sentido de tê-la como protagonista central da investigação, em nenhuma obra. No entanto, essa questão aparece gotejada aqui e ali em vários textos, sobretudo, naqueles referentes à moral, à religião e à história. A bem da verdade, o tema da esperança em Kant diz mais respeito a um vasto domínio enquanto pano de fundo do que propriamente a uma abordagem conceitual rígida. Assim, apesar de nenhuma obra ter sido escrita para tratar do tema da esperança, muitas delas foram idealizadas sob a sombra dessa questão. A sua importância se deve, sobretudo, em vista de Kant apresentá-la como uma das indagações norteadoras de sua filosofia.

No cânone da *Crítica da razão pura*, Kant sintetiza o âmago da sua investigação filosófica com estas três perguntas: “*Was kann ich wissen?*”; “*Was soll ich thun?*” e “*Was darf ich hoffen?*”. Essas três questões são temas norteadores do conjunto da obra kantiana e, em nome delas e de sua resolução, Kant dirigiu a totalidade de sua investigação, buscando abordá-las e respondê-las não necessariamente em textos específicos, mas à sombra de temas ou campos de discussão relacionados a cada uma: a primeira no domínio teórico; a segunda no campo prático e, a terceira, na esfera religiosa. A questão *Was kann ich wissen?* (O que posso saber?) é puramente especulativa e foi tratada ainda na primeira *Crítica*. Kant a responde afirmando que se pode conhecer apenas aquilo que se apresenta ou tem condições de ser captado nos limites da experiência. Quanto à pergunta *Was soll ich thun?* (O que devo fazer?), Kant a qualifica como puramente prática e a responde

* leticiamachadopinheiro@yahoo.com.br

nos seguintes termos: “*faze aquilo através do que te tornarás digno de ser feliz*” (KrV, AA 03: 836-837)¹.

Aqui, Kant antecipa os elementos básicos da terceira pergunta: moralidade, dignidade e felicidade, sendo que o último elemento só pode ser alcançado à medida que se realiza o primeiro. Kant enuncia a questão *Was darf ich hoffen?* (O que me é permitido esperar?) nos seguintes termos: “se me comporto de tal modo que eu não seja indigno da felicidade, como posso esperar poder, mediante esse comportamento, participar da felicidade?” (KrV, AA 03: 837). É interessante que essa pergunta não questiona o objeto a ser esperado (a felicidade), pois ele já foi delimitado na anterior, mas diz respeito, mais precisamente, ao questionamento sobre os meios de promoção de tal objeto, ou seja, a uma explicação de como, a partir de uma boa conduta, é proporcionada a felicidade. Tal como é enunciada a questão, o pressuposto de agir virtuosamente já está estabelecido, resta, porém, saber como, a partir dele, se desenvolve o processo de alcance da felicidade.

É a conduta virtuosa que justifica ao agente ter esperança, mas, ela própria, não garante que o indivíduo necessariamente receba ou alcance a felicidade². Em função disso a esperança reforça o seu vínculo com a religião, uma vez que carece da figura de Deus como aquele que é capaz, por um lado, de acessar a intenção movente do agente e, por outro, oferecer a felicidade proporcional à conduta. A questão da esperança envolve, deste modo, dois domínios enquanto condições de possibilidade: por um lado, a esperança guarda a sua origem na esfera moral (só pode ter esperança quem é virtuoso)³; por outro, a fim de se sustentar enquanto uma expectativa bem fundamentada, requer a figura de um ser todo poderoso advinda do domínio da religião (Deus), a qual atua como um elo entre a conduta moralmente boa e a felicidade.

O domínio embrionário da questão da esperança no discurso kantiano é, portanto, aquele da moralidade, mas essa temática cresceu e alcançou o seu amadurecimento, bem como acabamento, no contexto da religião. Inclusive, acerca desse ponto, temos um dado bastante objetivo: Kant não só afirmou que a questão

¹ Abreviaturas utilizadas para as obras de Kant: KrV: *Kritik der reinen Vernunft* (Crítica da razão pura); KpV: *Kritik der praktischen Vernunft* (Crítica da razão prática); Log: *Logik* (Lógica); RGV: *Die Religion innerhalb der Grenzen der bloßen Vernunft* (A religião nos limites da simples razão). Para essas obras utilizamos (conforme consta na bibliografia) a tradução de Valério Rohden.

² Nada, porém, garante que o indivíduo que age moralmente bem necessariamente receba ou alcance a felicidade. O agente, contudo, age segundo essa possibilidade enquanto uma consequência da sua reta conduta. A virtude não é condição da felicidade no sentido de que leva ou conduz necessariamente a ela, mas necessariamente gera a expectativa ou esperança de alcançá-la. A virtude se constitui na justificativa racional da esperança na felicidade. Daí que a questão da esperança encerra mais uma expectativa do que, propriamente, a concretização ou alcance efetivo da felicidade. Conforme observa Sidney Axinn, a noção de esperança comporta certa incerteza: “Desejar algo é desejar um meio de obtê-lo. Esperar por alguma coisa é não ter certeza sobre a questão do sucesso em alcançar um objetivo, isto é, ser ignorante do esquema que conecta o presente com o futuro” (Axinn, 1994, p.195). “To desire something is to desire a means to obtain it. To hope for something is to be uncertain about the question of success in reaching one's goal, that is, to be ignorant of the schema that connects the present with the future”.

³ Kant deixa entrever que aquele que age moralmente mau não cultiva esperança, pois isso seria um contrassenso.

da esperança deve ser respondida no domínio da religião, como também apontou a obra na qual isso ocorre. Em carta a Stäudlin (datada de 4 de maio de 1793) ele reitera o que formalmente expôs na primeira *Crítica* a respeito das três questões norteadoras de sua investigação, acrescentando, ainda, o domínio investigativo que cabe a cada uma⁴:

Meu plano [escreve ele], definido há algum tempo, à medida que me propus a elaborar o campo da filosofia pura, visou a resolução dessas três tarefas: 1. O que posso saber? (Metafísica); 2. O que devo fazer? (Moral); 3. O que me é permitido esperar? (Religião), a que deve seguir a quarta: O que é o homem (Antropologia), questão sobre a qual, há vinte anos, eu ofereço um curso por ano. Com a obra em anexo, *A religião nos limites...*, eu procurei realizar a terceira parte do meu plano.⁵ (Br, AA 11: 429)

A esperança, em sua acepção geral, está vinculada à religião porque se relaciona ao ajuizamento divino perante o merecimento ou desmerecimento do indivíduo em alcançar alguma graça. Em Kant, a questão em sua gênese se mantém, contudo, é acrescentado um forte enfoque no valor e na dignidade, o que faz com que a esperança apareça no domínio da moral. Aliás, no escrito sobre a religião, conforme veremos, a preocupação com a realidade moral humana é o tema que impera. Sob essa perspectiva, Kant apresenta uma investigação dos limites e possibilidades humanas perante a moral. O discurso ali apresentado, conforme veremos, diz mais respeito a um processo de construção da possibilidade da virtude do que às condições de desfrute das benesses alcançadas a partir dela.

1. O escrito sobre a religião: mal moral e comunidade ética.

O cenário argumentativo do escrito sobre a religião é composto da descrição e embate de dois protagonistas: o bem e o mal. Kant gasta as quatro partes dessa obra se dedicando a explicitar em que termos bem e mal estão arraigados à natureza humana⁶. Na sua investigação dois conceitos se sobressaem: o de mal radical e o de comunidade ética. Com o primeiro, Kant pretende explicitar a corrupção moral na qual o homem está imerso, com o segundo, indica o recurso a partir do qual o humano pode se restabelecer moralmente. Esses dois conceitos se correspondem mutuamente à medida que caracterizam um exame da estrutura disposicional humana quer

⁴ Posteriormente, o mesmo é afirmado na *Lógica* (*Log*, AA 09: 25).

⁵ Mein schon seit geraumer Zeit gemachter Plan der mir obliegenden Bearbeitung des Feldes der reine Philosophie ging auf die Auflösung der drei Aufgaben: 1) Was kann ich wissen? (Metaphysik) 2) Was soll ich thun?(Moral) 3) Was darf ich hoffen? (Religion); welcher zuletzt die vierte folgen sollte: Was ist der Mensch? (Anthropologie); über die ich schon seit mehr als 20 Jahren jährlich ein Kollegium gelesen habe.) Mit beikommender Schrift: Religion innerhalb den Grenzen usw. Habe ich die dritte Abteilung meines Plans zu vollführen gesucht..”

⁶ Os títulos de cada parte do texto evidenciam claramente o conteúdo da investigação kantiana: “Da morada do princípio mau ao lado do bom ou sobre o mal radical na natureza humana”; “Da luta do princípio bom com o mau pelo domínio sobre o homem”; “O triunfo do princípio bom sobre o mal e a fundação de reino de Deus na terra” e “Do serviço e do falso serviço sob o domínio do princípio bom ou de religião e clericalismo”.

relativamente à condição moral que o homem se encontra quer com referência ao status moral que ele deve alcançar.

A fim de especificar em que termos o mal está agregado à humanidade, Kant apresenta duas proposições, a saber: “O homem é mau” [*der Mensch ist böse*] e “O homem é mau por natureza” [*der Mensch ist von Natur böse*]. A primeira proposição visa conceber como se dá o mal no homem; a segunda estabelece como a maldade deve ser aplicada à natureza humana. Segundo Kant, a proposição “o homem é mau não pode querer dizer outra coisa senão que ele é consciente da lei moral e, contudo, acolheu na sua máxima o desvio (ocasional) da mesma”⁷(*RGV*, AA 06: 32). Enquanto defensor de uma ética intencional, na qual o valor moral se dá em dependência da máxima, princípio a partir do qual os agentes agem, Kant não teria como desvincular o mal moral desse domínio. No entanto, afirmar simplesmente que o homem é mau em vista de que, apesar de ser consciente da lei moral, muda a direção de sua importância na máxima, ainda não diz muito acerca do conceito de mal moral. Tal caracterização elucidada tão somente o campo de atuação do mal, a máxima, e os elementos básicos que compõem secundariamente a sua conceitualização: a consciência da lei, fruto da internalidade da mesma no agente moral, assim como a noção de “desvio ocasional” são garantias de imputabilidade, mas sinalizam, sobretudo, para a ancestralidade do bem inerente ao agente.

Essas noções permitem, portanto, compreender preliminarmente o status que o mal moral goza na natureza humana, mas não indicam de modo mais bruto e objetivo, como se dá ou qual é a face efetiva do mal moral. Que o mal deve estar vinculado a um desvio da lei moral “cai do seu peso” uma vez que, conforme a gênese da ética kantiana, a ação por dever (ou moralmente boa) é aquela que a lei é tomada como móbil da ação. O desvio, contudo, a partir do qual Kant inicialmente caracteriza o mal moral pode assumir pelo menos duas acepções, as quais envolvem em diferentes graus, o não assentimento ao valor incondicional da lei moral: por um lado, tal desvio pode comportar o sentido mais extremo e severo de repelir a influência da lei, nos termos de opor resistência à sua presença enquanto princípio impulsor; por outro lado, tal desvio pode conter um conteúdo mais brando no qual a lei moral permanece enquanto um princípio impulsor, mas dotada de um status inferior. É nesse segundo sentido (pertinente no sentido de que guarda a internalidade da lei enquanto justificativa), o qual envolve meandros argumentativos mais complexos e uma argumentação mais ornada, que Kant atribui ao mal moral⁸.

⁷ “[...] der Mensch ist böse, kann [...] nichts anders sagen wollen als: er ist sich des moralischen Gesetzes bewußt und hat doch die (gelegentlichliche) Abweichung Von demselben in seine Maxime aufgenommen”.

⁸ Trata-se de uma posição que envolve mais elementos de reflexão porque não se baseia simplesmente na exclusão de um princípio impulsor (no caso a lei moral) e a adoção de outro, mas de uma articulação do móbil moral (aquele que o homem deve adotar) com o móbil advindo das inclinações (aquele para o qual o homem tende mais facilmente). Assim, a investigação busca compatibilizar no âmbito da ação moralmente boa, na qual a lei é o móbil principal, a presença das inclinações e, por outro (algo que, aliás, não se extrai do texto), explicar a presença da lei

Segundo ele, “a diferença de se o homem é bom ou mau não tem que residir na diferença dos móveis que ele acolhe na sua máxima (não na sua matéria), mas, sim, na subordinação (forma da máxima): de qual dos dois móveis ele faz a condição do outro”. (RGV, AA 06: 36)⁹

Kant define o mal moral em dependência de uma inversão de valores ou ordem moral dos móveis. O homem não é mau porque despreza a lei moral ou porque adere tão somente aos princípios advindos das inclinações, mas, sim, porque erra ao hierarquizar esses dois tipos de incentivos. O homem prioriza o incentivo da inclinação por sobre a incondicionalidade da lei moral, de modo que o valor de operância dessa última resta comprometido. À medida que está subjugada ao móbil da inclinação, a lei moral perde a sua identidade de móbil incondicional e, portanto, o homem é moralmente mau mesmo no caso em que as ações originadas dessa inversão moral se apresentem, no campo empírico, como moralmente boas.

Conforme indica Kant, esse modo de abordagem perante a lei da moralidade é característica de todo o humano. Daí a segunda proposição elucidativa do seu discurso acerca do mal moral: “O homem é mau por natureza”. Tal afirmação denuncia que o mal se aplica ao homem “considerado em sua espécie [*Gattung*]; não como se tal qualidade pudesse ser inferida de seu conceito de espécie (de um homem em geral) (pois então seria necessária), mas, sim, que, como se o conhece através experiência, não pode ser julgado diferentemente” (RGV, AA 06: 32).¹⁰

Do fato de se dizer que o homem é mau por natureza não se segue que a maldade esteja contida no seu conceito de espécie, como se fosse dito “o homem é um animal mau” com o mesmo sentido que dizemos “o homem é um animal racional”. A racionalidade está contida no conceito de espécie humana, mas a maldade não, nem mesmo é derivada da razão. Pois, sendo assim, a maldade seria uma característica necessária para que o homem fosse considerado como tal. Isso é inadmissível, e é certo que Kant nunca pretendeu especificar o conceito de homem a partir da maldade.¹¹ O que ele pretende ressaltar com a proposição “O homem é mau por natureza” é que a maldade é inerente à espécie humana, no sentido de que todo o homem dela compartilha.

Esse cenário inicial certamente não é signo de esperança, não serve de estímulo em vista de uma batalha moral, tampouco gera conforto quanto a uma futura

moral como impulsora de uma ação movida primordialmente pelas inclinações. Esses são pontos, no entanto, que não cabem de ser tratados aqui.

⁹ “Also muß der Unterschied, ob der Mensch gut oder böse sei, nicht in dem Unterschiede der Triebfedern, die er in seine Maxime aufnimmt (nicht in dieser ihrer Materie), sondern in der Unterordnung (der Form derselben) liegen: welche von beiden er zur Bedingung der andern macht”.

¹⁰ “von ihm in seiner Gattung betrachtet; nicht als ob solche Qualität aus seinem Gattungsbegriffe (dem eines Menschen überhaupt) könne gefolgert werden (denn alsdann wäre sie nothwendig), sondern er kann nach dem, wie man ihn durch Erfahrung kennt nicht anders beurtheilt werden”.

¹¹ Aliás, em seu discurso, ele confronta, enquanto componentes da natureza humana, a disposição para o bem e a propensão para o mal, defendendo, contudo, que a primeira é originária, no sentido de mais característica da natureza humana ou que o homem não pode ser concebido sem ela (Cf. RGV, AA 06: 26-32).

benesse adquirida em vista da conduta. Quer dizer, mais do que sonegar os dados contidos na questão kantiana referente à esperança (virtude e felicidade), essa argumentação inicial frustra qualquer perspectiva de usufruto quer de uma vida moral plena quer da felicidade a ela proporcional. Kant, com efeito, abre brecha para o otimismo e a confiança numa situação moral mais nobre à medida insere o conceito de comunidade ética, o qual representa um mecanismo de aperfeiçoamento moral. A comunidade ética está intimamente vinculada à esperança, uma vez que afiança a sua possibilidade.

O papel da comunidade ética, tendo em vista que o escrito sobre a religião visa responder a questão “O que me é permitido esperar?”, é o de viabilizar a esperança humana quer em referência ao progresso moral, já que através dela o mal é dominado, quer no que tange à esperança de ser feliz (nos termos de “se faço o que devo, o que me é permitido esperar?”), em que se enfatiza a ideia do legislador que concede uma contrapartida em vista da conduta apresentada. Contudo, e esse é o diferencial da investigação kantiana nesse contexto, esses dois aspectos da esperança humana só são viabilizados na perspectiva de um trabalho conjunto ou união humana, por isso se trata, aliás, de uma *comunidade* ética.

Kant introduz esse conceito na terceira parte do escrito sobre a religião. A justificativa central para a inserção desse novo momento argumentativo é aquela de que o mal é oriundo das relações intersubjetivas.¹² Kant parte do pressuposto de que o homem está imerso em um estado de natureza ético [*ethische Naturstand*], condição na qual, em vista da insegurança e das rivalidades, os homens se constituem em agente corruptores uns dos outros:

O estado de natureza ético [afirma Kant] é um estado de constante combate ao princípio bom pelo mal que se encontra em cada homem e simultaneamente em todos os outros, os quais (como antes se observou) se corrompem mutuamente na sua disposição moral [*moralische Anlage*] e na própria boa vontade de cada um isoladamente devido à carência de um princípio que os una, tal como se fossem instrumentos do mal, devido às suas incertezas [*Mißhelligkeiten*] no que toca a um fim comunitário do bem, arrastando e conduzindo uns aos outros ao perigo de cair novamente no seu domínio (RGV, AA 06: 96-97)¹³

Com a noção de estado de natureza ético, Kant não pretende denotar que o mal seja exterior ao homem ou que, caso os indivíduos vivessem isoladamente não

¹²“A realidade do mal, para Kant, não muda o que devemos fazer, mas certamente muda a nossa capacidade de fazê-lo e, portanto, um esforço comum é necessário para a ter a esperança de algum dia superar o mal radical” (Firestone; Jacobs, 2008, p.18). “The reality of evil, for Kant, does not change what we ought to do, but it certainly changes our ability to do it, and therefore a communal effort is necessary for hope of ever overcoming radical evil”.

¹³ “der ethische Naturzustand ein Zustand der Unaufhörlichen Befehdung des guten Principis, das in jedem Menschen liegt, durch das Böse, welches in ihn und zugleich in jedem andern angetroffen wird, die sich (wie oben bemerkt worden) einander wechselseitig ihre moralische Anlage verderben und selbst bei dem guten Willen jedes eizelnen durch den Magel eines sie vereinigenden Principis sich, gleich als ob sie Werkzeuge des Bösen wären, durch ihre Mißhelligkeiten von dem gemeinschaftlichen Zweck des Guten entfernen und einander in Gefahr bringen, seiner Herrschaft wiederum in die Hände zu fallen”.

estariam expostos ao mal, mas, sim, que o ambiente das relações acirra a propensão para o mal inerente a todo o homem. Os indivíduos carecem de habilidade para lidar com os desagrvos da vida em comum, de modo que, receosos de serem usados e tratados como meros meios para os fins alheios, se antecipam fazendo aos outros o que eles próprios têm receio de sofrer. O homem, vulnerável à presença do outro, articula meios de sobrepor aos demais, formando assim uma cadeia de ações moralmente más, ou seja, ações nas quais o móbil do dever é posposto aos incentivos advindos do amor de si.

Kant vê a solução desse problema num pacto de confiança que represente um princípio de união entre os homens. Trata-se de uma “associação dos homens sob simples leis de virtude” denominada de *comunidade ética* [*ethisches gemeines Wesen*] (RGV, AA 06: 94).¹⁴ A comunidade ética é, nas palavras de Kant, “uma sociedade, cujo término de sua extensão se torne, através da razão, tarefa e dever para todo o gênero humano” (RGV, AA 06: 94).¹⁵ Tem de se tornar um dever para todo o gênero humano porque diz respeito a um acordo universal em prol da moralidade. O aperfeiçoamento moral, a partir dessa argumentação, só é possível mediante um acordo e esforço comunitário, em vista do qual, inclusive, o próprio conceito de sumo bem adquire novos contornos:

O sumo bem moral [diz Kant] não é realizado tão só pelo esforço da pessoa singular em vista da sua própria perfeição moral [*moralischen Vollkommenheit*], mas requer uma união das pessoas num todo em vista do mesmo fim, para um sistema de homens bem-intencionados, no qual, e através de sua unidade, ele pode ser alcançado¹⁶ (RGV, AA 06: 97-98).

A partir da inserção da noção de estado de natureza ético e de comunidade ética, o conceito de sumo bem (enquanto vínculo entre moralidade e felicidade), forçosamente, tem de contemplar a noção de uma união moral. Isso se justifica em vista de que, nesse contexto, mantendo-se restrito a uma perspectiva individualista, a noção de sumo bem não se sustentaria. Kant desenvolveu uma argumentação na qual a ideia de que a conduta moralmente boa só pode ser alcançada mediante uma comunidade ética, uma união sob leis de virtude na qual os indivíduos labutam conjuntamente para o alcance da moralidade. O sumo bem, enquanto vínculo entre moralidade e felicidade, passa a comportar esse *affaire* coletivo no sentido de garantir o seu primeiro elemento, a moralidade, e viabilizar a esperança no segundo, a felicidade.

¹⁴ “Man kann eine Verbindung der Menschen unter bloßen Tugendgesetzen (...) ein ethisches gemeines Wesen nennen”.

¹⁵ “...Gesellschaft, die dem ganzen Menschengeschlecht in ihrem Umfange sie zu beschließen durch die Vernunft zur Aufgabe und zur Pflicht gemacht wird”.

¹⁶ “...das höchste sittliche Gut durch die Bestrebung der einzelnen Person zu ihrer eigenen moralischen Vollkommenheit allein nicht bewirkt wird, sondern eine Vereinigung derselben in ein Ganzes zu eben demselben Zwecke zu einem System wohlgesinnter Menschen erfordert, in welchem und durch dessen Einheit es allein zu Stande kommen kann...”.

À medida que se insere a noção de comunidade ética e sumo bem na perspectiva coletiva, a questão da esperança adquire novos contornos: ela pede e passa por uma atividade intersubjetiva na qual o trabalho em conjunto é condição para a sua viabilidade. A questão “O que me é permitido esperar?” tem de ser substituída pela pergunta “o que nos é permitido esperar?” ou então dotada de um sentido no qual seja contemplado não indivíduos singulares isolados, mas indivíduos que representam partes de um mundo moral no qual todos e cada um aspiram em conjunto o alcance da conduta moralmente boa e nutrem a esperança de, mediante dela, tornar-se digno da felicidade. A própria figura de Deus, no escrito sobre a religião, ultrapassa a função de elo entre moralidade e felicidade e desempenha um papel fundamental em vista do aperfeiçoamento moral.

2. Deus enquanto legislador da comunidade ética.

Quando Kant apresenta a questão “Se faço o que devo, que me é permitido esperar?”, os domínios da moral e da religião se condensam: a questão da esperança é uma temática que carrega um condicional oriundo da moralidade (só nutre esperança aquele que faz o que deve), mas que tem o seu desdobramento, enquanto condição de possibilidade, no domínio religioso, uma vez que carece da noção de um ser superior. A figura de Deus ilustra aquele que é capaz de identificar a conduta moralmente boa, por um lado, e, por outro, de conceder uma contrapartida em dependência dessa conduta. Esse é um aspecto por Kant já ressaltado na segunda *Crítica*¹⁷ a propósito na noção de sumo bem e que é adotado no escrito sobre a religião com uma ênfase diferenciada: a figura de Deus ainda mantém os aspectos básicos delineados na segunda *Crítica* a propósito da viabilidade do conceito de sumo bem, no entanto, mais do que enfatizar em que termos é possível o alcance da felicidade (em vista do que Kant postulou, na segunda *Crítica* a existência de Deus), o escrito sobre a religião se dedica a explicitar as condições de o homem aderir à

¹⁷ Kant promulga a necessidade de postular a existência de Deus se servindo da necessária conexão (pressuposta no conceito de sumo bem) entre moralidade e felicidade. Segundo ele, “o ente racional agindo no mundo não é ao mesmo tempo causa do mundo e da própria natureza” (*KpV*, AA 05: 224). Cabe ao homem agir no mundo (e nesse caso o agir em questão é o agir moral), mas não está em seu poder condicionar o mundo e a natureza ao seu agir. Tal condicionamento é requerido, por um lado, em função de o “sumo bem” ser caracterizado como o nexo entre moralidade e felicidade e, por outro (em consequência do primeiro), pelo fato de Kant definir a felicidade nesse contexto como “o estado de um ente racional no mundo para o qual, no todo de sua existência, tudo se passa segundo o seu desejo e vontade e depende, pois, da concordância da natureza com todo o seu fim” (*KpV*, AA 05: 224). Ou seja, uma vez definido o sumo bem como a conexão entre moralidade e felicidade, Kant averigua a sua possibilidade de efetivação. A moralidade, claro está, é passível de ser realizada pelo homem, contudo, o seu equivalente na forma de felicidade - condição *sine qua non* para a formação do sumo bem - exigiria que o homem fosse capaz de manipular a natureza e o mundo no proveito de sua realização. Daí porque Kant é levado a postular uma “<causa> suprema da natureza que contenha uma causalidade adequada à disposição moral” (*KpV*, AA 05: 225). Tal causa, Kant a denomina de Deus e, em referência à necessidade de admiti-la para salvaguardar a vitalidade do conceito de sumo bem, ele afirma que é moralmente necessário admitir a existência de Deus (*KpV*, AA 05: 226).

moralidade e, portanto, tornar-se digno da felicidade (para o quê, inclusive, se *espera* a ajuda divina)¹⁸.

Dado a teoria do mal moral e com ela o conceito de uma comunidade ética, a noção de Deus, no escrito sobre a religião, passa a desempenhar uma função diferenciada daquelas apontadas a propósito do conceito de sumo bem. Kant, por assim dizer, envolve a figura divina no próprio plano da possibilidade do alcance da virtude, uma vez que Deus carrega, nesse contexto, a função de ajudar a tornar conceptível essa união segundo leis de virtude (denominada de comunidade ética). Ou seja, a ideia de um “ser moral superior” é incorporada na base da condição do alcance da conduta moralmente boa à medida que carrega por objetivo viabilizar o entendimento do agente moral quanto ao dever de fomentar uma união ética.

¹⁸ Kant discorre sobre a questão da assistência divina e em que termos o homem pode esperá-la, sobretudo, na segunda e terceira partes do escrito sobre a religião. A noção de assistência divina se constitui em uma passagem bastante difícil de ser desvendada na argumentação kantiana: primeiro, porque ele apresenta essa noção gotejada em um ou outro ponto, ou seja, não a trata de modo coeso; segundo, porque ela é representada como uma crença humana sem qualquer garantia, e que, apesar disso, detém uma forte influência no modo a partir do qual o agente pensa o seu aperfeiçoamento moral. No que tange a essa segunda dificuldade, o comentário de Gordon Michalson é bastante esclarecedor: “Kant está claramente menos interessado na questão metafísica de se Deus está ou não ‘agindo’ em meu benefício do que na questão psicológica do efeito potencial da possibilidade que tal ajuda pode desempenhar sobre a minha motivação” (Michalson, 1990, p.95). Kant concebe a cooperação divina como um auxílio que “consista unicamente na redução dos obstáculos” [*nur in der Verminderung der Hindernisse*] - nos termos de uma “assistência positiva” [*positiver Beistand*] -, e conclui que, independentemente do modo que se fizer essa assistência, o homem deve fazer-se digno de recebê-la (Cf. *RGV*, AA 06: 44). A proposição kantiana é a seguinte: mesmo que haja, ou que possamos contar com o auxílio da graça, o indivíduo deve necessariamente buscar “saber o que ele próprio tem que fazer para se tornar digno [*würdig*] dessa assistência” (RGV, AA 06: 52). Nada acontece ao indivíduo gratuitamente. Tudo depende de seu esforço pessoal, de modo que o restabelecimento do bem não pode residir em uma determinação exterior, mas numa máxima adotada pelo próprio arbítrio. A assistência divina, referida em dependência do modo a partir do qual o agente a incorpora, detém duas particularidades: uma, trata-se de uma simples crença; outra, ela não abole a consciência moral humana, ou seja, o que de mais concreto o homem detém quando supõe uma ajuda divina é a noção de que ele próprio tem deveres. Isso denuncia que Kant não concebe essa temática em termos grosseiros, como se o homem diante de suas circunstâncias morais desfavoráveis transferisse para uma influência externa a responsabilidade pelo seu aperfeiçoamento moral. O tema da assistência divina está vinculado de modo indireto à questão “Que me é permitido esperar?”, uma vez que, em si mesmo, não comporta (de maneira linear) os elementos essenciais a partir dos quais essa pergunta é caracterizada (moralidade e felicidade), mas remete ao primeiro no sentido de que diz respeito a uma ramificação argumentativa no que tange à investigação acerca da possibilidade da virtude. A partir da noção de mal se impôs necessidade da reabilitação moral humana, em vista da qual o conceito de comunidade ética é inserido e, em seu paralelo, enquanto um dado subsidiário para encorajar o agente frente à execução desse dever, se apresenta a noção de assistência divina. Não trataremos desse tema aqui, em função de que, por um lado, ele diz respeito a um subproduto (inerente à psicologia do agente moral) da questão central que se propõe avaliar e, por outro, devido a sua complexidade, merece um estudo à parte mais aprofundado. Esse tipo de abordagem da questão da esperança no escrito sobre a religião é encontrada em Ferreira, M. Jamie. “Making Room for Faith- Possibility and Hope”. In: *Kant and Kierkegaard on Religion*. Edited by D.Z. Phillips and Timothy Tessin. New York: St. Martin’s Press, 2000, pp.73-89. *Kant is clearly less interested in the metaphysical question of whether or not God is actually ‘acting’ on my behalf than in the psychological question of the potential affect the *possibility* of such aid might have on my motivation”. **“wissen (...) was er selbst zu thun habe, um dieses Beistandes würdig zu werden”.

Supõe-se já de antemão [diz Kant] que esse dever carecerá da pressuposição de outra ideia, a saber, daquela de um ser moral superior [*höhem moralischen Wesens*] que, mediante a universal organização, reúna as forças dos particulares, por si insuficientes [*unzulänglichen*], em vista de um efeito comum (*RGV*, AA 06: 98).¹⁹

Vimos que do ponto de vista kantiano, o progresso moral só pode se dar à medida que os homens, com o intuito de superar o estado de natureza ético, se unam em uma comunidade sob leis de virtude. Segundo Kant, embora o homem reconheça a sua capacidade individual de observância moral, ele vacila quanto a sua aptidão de erigir um acordo moral em comunhão com todos os humanos que fomente o progresso.²⁰ Dessa incerteza humana frente à edificação de um todo conforme leis éticas, Kant deriva o pressuposto de um ser exterior ao agente da moralidade, cuja importância está em viabilizar a realização da comunidade ética enquanto um dever coletivo. A figura de Deus é empregada nesse contexto argumentativo como um princípio aglutinador a partir do qual os indivíduos se unem em prol da moralidade. Trata-se, mais precisamente, de uma *ideia* capaz de compatibilizar os fins dos indivíduos particulares no que tange à promoção de um cultivo ético. Os dados a partir dos quais a figura divina viabiliza o entendimento da união em vista da comunidade ética vão em direção à argumentação desenvolvida a propósito da noção de sumo bem.

Logo [observa Kant], só pode ser pensado como o legislador supremo de uma comunidade ética um ser para o qual todos os verdadeiros deveres, portanto também os éticos, são necessariamente representados ao mesmo tempo como mandamentos seus; o qual, por isso, também precisa ser um conhecedor dos corações [*Herzenskündiger*] para acessar as mais profundas intenções [*Gesinnungen*] de cada um e, como deve ocorrer em toda a comunidade, propiciar a cada um aquilo que os seus atos merecem (*RGV*, AA 06: 99).²¹

Nessa passagem, Kant apresenta as duas justificativas que o levam a conceber Deus como o legislador da comunidade ética: aquela de que os deveres devem ser

¹⁹ “Man wird schon zum voraus vermuthen, daß diese Pflicht der Voraussetzung einer andern Idee, nämlich der eines höhern moralischen Wesens, bedürfen werde, durch dessen allgemeine Veranstaltung die Für sich unzulänglichen Kräfte der Einzelnen zu einer gemeinsamen Wirkung vereinigt werden. Allein wir müssen allererst dem Leitfadem jenes sittlichen Bedürfnisses überhaupt nachgehen und sehen, worauf uns dieses führen werde”.

²⁰ “A ideia de semelhante todo como república universal [*allgemeinen Republik*] segundo leis de virtude é uma ideia totalmente distinta de todas as leis morais (que se referem àquilo que sabemos estar em nosso poder), a saber, a atuar em vista de uma totalidade da qual não podemos saber se está, como tal, também em nosso poder [*Gewalt*]; assim, esse dever, quanto ao gênero [*Art*] e ao princípio, difere de todos os outros” (*RGV*, AA 06: 98). “die Idee aber von einem solchen Ganzen, als allgemeinen Republik nach Tugendgesetzen, eine von allen moalischen Gesetzen (die das betreffen, wovon wir wissen, daß es in unserer Gewalt stehe) ganz unterschiedene Idee ist, nämlich auf ein Ganzes hinzuwirken, wovon wir nicht wissen können, ob es als ein solches auch in unserer Gewalt stehe: so ist die Pflicht der Art und dem Princip nach von allen andern unterschieden”.

²¹ “Also Kann nur ein solcher als oberster Gesetzgeber eines ethischen gemeinen Wesens gedacht werden, in Ansehung dessen alle wahren Pflichten, mithin auch die ethischen, zugleich als seine Gebote vorgestellt werden müssen; welcher daher auch ein Herzenskündiger sei muß, um auch das Innerste der Gesinnungen eines jeden zu durchschauen und, wie es in jedem gemeinen Wesen sein muß, jedem, was seine Thaten werth sind, zukommen zu lassen”.

incorporados como mandamentos seus, que atuaria como um foco de agregação dos agentes individuais, e outra, que engloba a capacidade de acessar as intenções mais íntimas dos indivíduos, juntamente com aquela de propiciar a cada um o que os seus atos merecem. É a incorporação dos deveres enquanto mandamentos divinos que garante o vínculo entre os indivíduos no entendimento do dever de ordem coletiva representado pela comunidade ética. Tal publicidade do legislador divino, com efeito, é oriunda da segunda justificativa mencionada no final dessa última passagem, a qual conflui para o postulado da existência de Deus apresentado na *Crítica da razão prática*. É, pois, à medida que torna concebível a noção de sumo bem que o legislador divino coopera no sentido de compatibilizar os fins individuais, pois os indivíduos passam a se identificar como compartilhando do mesmo fim e vêem, em vista da corrupção mútua humana, a necessidade de se associarem para o seu alcance. Não cabe aqui reconstruir a argumentação kantiana no que se refere à afirmação de que Deus deve ser o legislador da comunidade ética, tampouco analisar a noção de sumo bem tal como é apresentada na segunda *Crítica*. O que se constitui em um dado importante é o fato de que esses dois planos se fundem em vista de um problema que aparece, de modo embrionário, ainda no contexto da teoria do mal moral. O percurso argumentativo que caracteriza a noção da esperança no escrito sobre a religião está, pois, estritamente ligado à ruína e necessidade de aperfeiçoamento moral humanos, de modo que todos os elementos atinentes a essa argumentação (inclusive a noção de Deus) convergem para a viabilização do alcance da virtude.

Mas, uma vez que é razoável apenas para a pessoa virtuosa esperar a felicidade, a questão de saber se é possível uma pessoa ser virtuosa em si tornou-se uma questão crucial. Kant precisava mostrar que há uma base racional para uma pessoa pensar que ele ou ela pode ser moral no sentido exigido pela razão prática. A virtude tornou-se um objeto intermediário para a esperança. Com esta mudança de ênfase, Kant já desenvolveu novos “ideais” morais e atribuiu a Deus tarefas mais especificamente associados com a virtude humana que ele tinha na *Crítica da Razão Pura* ou a *Crítica da Razão Prática*²² (Peters, 1993, p.87).

Foi em vista do mal moral que se impôs a necessidade da comunidade ética, para cuja fundação, conforme indica Kant, os agentes se sentem vulneráveis no sentido de que não detém entendimento de um dever coletivo. A figura divina foi inserida com a função de viabilizar esse entendimento à medida que se constitui em um princípio de união e referência dos agentes individuais. A admissão do legislador divino conduz, em sua gênese, para a própria possibilidade da conduta moralmente

²² “But, since it is reasonable only for the virtuous person to hope for happiness, the question whether it is possible for a person to be virtuous itself became a crucial issue. Kant needed to show that there is a rational basis for a person to think that he or she could be moral in the sense demanded by practical reason. Virtue has become an intermediate object for hope. With this shift in emphasis, Kant now developed new moral “ideals,” and he attributed to God tasks more specifically associated with human virtue than he had in the *Critique of Pure Reason* or the *Critique of Practical Reason*”.

sob a justificativa que promove entre os indivíduos o entendimento de uma união em vista de sua reabilitação moral. Kant, aqui, não se serve da figura divina apenas para tornar exequível a proporcionalidade entre moralidade e felicidade, mas, por assim dizer, antecede e amplia a participação de Deus (relativamente às obras anteriores) no processo de alcance do sumo bem à medida que vincula sua participação no domínio do alcance da virtude.

A questão fundamental, para a qual Kant desenvolve essa estrutura argumentativa se centra e tem o seu direcionamento em vista da própria possibilidade da virtude, em direção a qual, inclusive, a proporcionalidade entre virtude e felicidade é utilizada meio de identificação entre os indivíduos. Ou seja, nesse contexto, não é a viabilidade do sumo bem (tanto que o conceito de comunidade ética não inclui a felicidade)²³ que está em questão, mas o uso desse conceito em vista da resolução de um problema de ordem moral que guarda a sua origem na natureza de um agente finito tal como o humano: decaído no mal moral, necessitado de uma união moral para dominá-lo e, ainda carente do entendimento acerca desse dever de ordem coletiva.

3. A esperança no escrito sobre a religião.

A afirmação de que o escrito sobre a religião se constitui no domínio no qual Kant pretende abordar a responder a questão “O que me é permitido esperar?” pode gerar a expectativa de que esse texto é caracterizado por um discurso apaziguador ou até otimista. O discurso kantiano, com efeito, frustra e não permite esse tipo de atribuição, uma vez que não trata da vivência humana da moralidade plena, tampouco do usufruto da felicidade a ela proporcional, mas se constitui na investigação da estrutura disposicional do homem perante a moral e, sob essa perspectiva, reserva ao humano mais preocupações e incertezas do que esperanças. Antes de um discurso vibrante e belo, o que se encontra é uma descrição da ruína moral humana, suas possibilidades e deficiências perante a moral. Mais do que averiguar as benesses e os frutos colhidos em vista da conduta moralmente boa, Kant avalia qual a condição do humano em alcançar tal conduta e, nessa sua investigação, desenvolve teses bastante rigorosas acerca da maldade inerente à natureza humana. Assim, o texto inicia e se centra, fundamentalmente, sobre a questão do mal na natureza humana e nos meios de restabelecer o bem originário ao humano, em vista do que contribuem as noções de comunidade ética e legislação divina.

²³ “O tratamento de Kant da questão da esperança no contexto de sua filosofia da religião também lhe permitiu elucidar ainda o primado da virtude sobre a felicidade. Em *A religião dentro dos limites da razão*, ele revelou claramente que a sua primeira preocupação foi a virtude da humanidade” (Peters, 1993, p.105). “Kant's treatment of hope in the context of his philosophy of religion also enabled him further to elucidate the primacy of virtue over happiness. In *Religion within the Limits of Reason Alone*, he revealed clearly that his first concern was for mankind's virtue”.

Ao iniciar a primeira parte do escrito sobre a religião apresentando a teoria do mal moral, Kant já fornece indícios de como pretende abordar a questão da esperança. Trata-se de uma abordagem que envolve e tem como protagonista central o pressuposto envolvido na questão “O que me é permitido esperar?”: dignidade de ser feliz na forma de uma conduta moralmente boa. Kant, portanto, não pretende dissertar sobre a esperança como algo dado ou cujo conteúdo possa ser facilmente alcançado. Antes, o que ele faz (e a investigação sobre a questão do mal, bem como a função de Deus enquanto legislador divino prova isso) é delimitar se, efetivamente, o homem pode esperar ser feliz. Ou seja, avaliar as suas possibilidades de aderir ao dever de modo a se fazer digno da felicidade.

Conforme Kant engendra as três questões norteadoras de sua investigação, a segunda e a terceira questões estão intimamente relacionadas, tanto que, à medida que enuncia a última, Kant retoma dados da anterior: só tem justificativas para esperar algo, aquele que faz o que deve. Em razão disso, no escrito sobre a religião, Kant avalia a estrutura disposicional humana perante a moralidade, isto é, investiga as condições de o homem aderir ao dever e, a partir disso, tornar-se apto a ter esperança. A questão da esperança no escrito sobre a religião representa, nessa leitura que se propõe, uma investigação no sentido de avaliar as condições de o homem aderir à moralidade a partir da qual se analisa a plausibilidade da sustentação da pergunta “O que me é permitido esperar?”. Isso é distinto (no sentido de que vai um pouco além) do que propõe, por exemplo, Chris Firestone e Nathan Jacobs:

A esperança específica, a qual entendemos que Kant tem em mente, é a esperança de alcançar a perfeição moral, uma boa disposição, ou virtude completa diante de um Deus santo e justo. Se esse entendimento é correto, a principal preocupação de Kant em *A religião* não é reconfigurar a superestrutura fundamental da filosofia moral ou salvar o essencial da fé cristã por alguma reinterpretação moral, mas sim, a sua principal preocupação é responder à pergunta: Como posso razoavelmente esperar me tornar agradável a Deus? (Firestone; Jacobs, 2008, p.123).²⁴

Apesar das expressões “perfeição moral” e “virtude completa” que mereceriam certo polimento, uma vez que a perfeição moral do humano é algo distinto da perfeição de um santo, essa passagem pretende enfatizar que a esperança que caracteriza o escrito sobre a religião é aquela do homem corrompido que pretende revitalizar a sua disposição para o bem. Trata-se do que os comentaristas

²⁴ “The specific hope we understand Kant to have in mind here is the hope of attaining moral perfection, a good disposition, or complete virtue before a holy and just God. If this understanding is right, Kant’s main concern in *Religion* is not to reconfigure the fundamental superstructure of the moral philosophy or to salvage the essentials of the Christian faith by some moral reinterpretation; rather, his main concern is to answer the question, How can I reasonably hope to become well-pleasing to God?”. Semelhante posicionamento encontra-se também no comentário de Jamie Ferreira: “A radicalidade do mal em nós aponta para a necessidade de uma esperança que ultrapassa a esperança pela felicidade e se estende até a esperança em ser virtuoso”*(Ferreira, 2000, p.77). * “The radicality of evil in us points to the need for hope which goes beyond the hope for happiness and extends to the hope for assistance in being virtuous”.

denominam de *moral hope*, definida como a esperança em tornar-se agradável a Deus, ou seja, em aderir aos princípios da moralidade. Esse é um ponto, sem dúvida, crucial no escrito sobre a religião (sobretudo, em vista da análise do mal moral e da necessidade do domínio do mesmo), no entanto, a questão da esperança parece não se reduzir a ele, porquanto o pressupõe e envolva.

O escrito sobre a religião tem a função de responder a pergunta “O que me é permitido esperar?”, e, para tanto, a análise da possibilidade de o homem se refazer moralmente é basilar em vista de esse questionamento envolver virtude e felicidade. Chris Firestone e Nathan Jacobs, contudo, restringem a esperança no escrito sobre a religião à atualização da disposição para o bem e, portanto, no seguimento da moralidade²⁵. Esse é um argumento insuficiente em vista de que, enquanto vinculada a questão “O que me é permitido esperar?”, a esperança se dirige ao objeto a partir do qual, uma vez que age moralmente, o homem pretende alcançar. Esse questionamento, portanto, não se traduz tão somente como algo do tipo “apesar do mal moral, posso esperar agir moralmente?” (como se restringe a tese dos comentadores citados), mas, sim, “se faço o que devo, posso esperar a felicidade?”. A análise kantiana da estrutura moral humana se dá justamente para investigar as condições de plausibilidade da esperança. Quer dizer, mais do que questionar acerca da esperança de tornar-se virtuoso, o ponto está em questionar a própria possibilidade da esperança tal como foi enunciada na sua gênese. Para tanto, é claro (e esse foi um ponto bastante frisado até aqui), a investigação acerca da viabilidade do alcance da virtude é fundamental. Com efeito, sua importância, à medida que está contida numa obra que pretende responder à questão “O que me é permitido esperar?” remete à credibilidade de tal questionamento. Ou seja, a avaliação da estrutura disposicional

²⁵ “O objetivo principal de *A religião*, como nós a entendemos, é apresentar filosofia disposicional de Kant. Em suma, o que impulsiona investigações de Kant em *A religião* é uma preocupação filosófica sobre se podemos ou não esperar que o nosso esforço moral vá resultar numa boa disposição. Assim, desde o início, *A religião* se concentra sobre a melhor forma de compreender a natureza moral da humanidade, uma vez que se relaciona com a disposição moral. À medida que avançamos em *A religião* nos capítulos seguintes, iremos abordar os argumentos da religião como esforço de Kant para realizar uma avaliação prática de natureza moral da humanidade (ou disposição); e como essa avaliação começa a apontar na direção da inata e universal corrupção, veremos que Kant requer essa avaliação para resolver (sob a guia da razão prática) a questão da esperança teleológica para a renovação disposicional” (Firestone; Jacobs, 2008, p.123). A interpretação dos comentadores que a estrutura da obra é aquela da análise da natureza disposicional do humano é corroborada na investigação aqui apresentada, contudo, a restrição da esperança ao alcance da conduta moralmente boa não é aqui abonada em vista de que a questão “O que me permitido esperar?” tem o seu conteúdo vinculado à moralidade e felicidade, ponto que os comentadores aparentemente desconsideram. “The primary purpose of Religion, as we understand it, is to present Kant’s dispositional philosophy. In short, what drives Kant’s inquiries in Religion is a philosophical concern over whether or not we can hope that our moral striving will ever manifest a good disposition. Hence, from the outset, Religion focuses on how best to understand humanity’s moral nature as it relates to the moral disposition. As we move into Religion in the following chapters, we will therefore approach the arguments of Religion as Kant’s effort to conduct a practical assessment of humanity’s moral nature (or disposition); and as this assessment begins to point in the direction of innate, universal corruption, we will see that this assessment requires Kant to address (under the guide of practical reason) the question of teleological hope for dispositional renewal”.

humana, bem como os mecanismos de superação do mal moral, desempenham a função de viabilizar o questionamento acerca da esperança.

Kant, enfim, no escrito sobre a religião, avalia se a questão “O que me é permitido esperar?” é lícita, ou seja, avalia se o homem tem condições de fazer o que deve para, a partir disso, poder esperar algo. Nesses termos, o escrito sobre a religião contém uma análise da estrutura comportamental humana em razão de que busca definir se a condição para a esperança pela felicidade é algo passível de ser alcançado pelo humano. Curtis Peters observa, nesse sentido que,

Em sua filosofia crítica da religião, Kant desenvolveu sua teoria da esperança em vários aspectos importantes. A contribuição mais importante que ele fez foi acerca da consideração da questão de saber se uma pessoa pode ser virtuosa. A afirmação de que é razoável uma pessoa virtuosa esperar a felicidade pouco importa a menos que alguém possa saber que é possível para uma pessoa ser virtuosa em primeiro lugar. Kant reconheceu as dificuldades envolvidas em ser virtuoso, e em sua filosofia da religião ele tentou colocar esses problemas diretamente (Peters, 1993, p.103)²⁶

A estrutura básica do escrito sobre a religião é aquela da avaliação dos limites e possibilidades do humano agir moralmente bem.²⁷ Nessa obra, Kant não se dedica, em se servindo da noção de esperança, a delimitar sob que aspectos ou em que ponto da sua escalada moral o homem pode vir a usufruir da felicidade que espera alcançar. Antes, o que Kant faz, é discutir a plausibilidade da própria possibilidade da esperança. Ou seja, quando ele afirma que com o escrito sobre a religião pretende realizar a parte de sua investigação filosófica concernente à questão “O que me é permitido esperar?”, ele analisa as condições mediante as quais o humano pode legitimamente, sob uma justificativa racional, se colocar esse questionamento. Isso justifica porque essa obra, destinada a abordar da questão da esperança, seja iniciada com a exposição do mal moral. A esperança está vinculada ao valor moral e merecimento de ser feliz, de modo que a questão do mal se constitui em um grande entrave na viabilização da questão “O que me é permitido esperar?”. Kant, contudo, não teria como se furtar do risco de tocar nessa questão, uma vez que a avaliação das condições de o homem aderir à moralidade é um pressuposto imprescindível para a investigação acerca da plausibilidade da questão “O que me é permitido esperar?”. O escrito sobre a religião, portanto, não vem para coroar confortavelmente a questão do merecimento de ser feliz; antes disso, ele se põe a avaliar as condições de

²⁶ “In his critical philosophy of religion, Kant developed his theory of hope in several important ways. The most important contribution he made in it was through his consideration of the question whether a person can be virtuous. The claim that it is reasonable for a virtuous person to hope for happiness has little import unless one can know that it is possible for a person to be virtuous in the first place. Kant recognized the difficulties involved in one's being virtuous, and in his philosophy of religion he attempted to meet these problems directly”.

²⁷ “Em *A religião* Kant reabre a questão da perfectibilidade moral humana e se dedica a fornecer uma resposta mais completa a essa questão, o que ele não fez em suas obras anteriores” (Wood, 1990, p.209). “In the Religion, Kant reopens the whole question of man's moral perfectibility, and attempts to give a more complete answer to this question than he did in any of his earlier works.”

moralidade do homem a fim de que, efetivamente, ele possa esperar a felicidade em vista de sua conduta. O vigor e a visibilidade da questão da esperança, no escrito sobre a religião, estão, portanto, estreitamente vinculados e até mesmo subordinados à saga existencial humana relativamente à moralidade.

Referências bibliográficas

- KANT, I. Die Religion innerhalb der Grenzen der bloßen Vernunft. In: Akademie Textausgabe, Bd. VI. Berlin: de Gruyter, 1968.
- KANT, I. Kritik der praktischen Vernunft. In: Akademie Textausgabe, Bd. V. Berlin: de Gruyter, 1968. Tradução de Valerio Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Baseada no original de 1788).
- KANT, I. Kritik der reinen Vernunft. (B) In: Akademie Textausgabe, Bd. III. Berlin: de Gruyter, 1968. Crítica da razão pura. Tradução da edição B de Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. In: Kant I. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Coleção os pensadores).
- KANT, I. Logik. In: Akademie Textausgabe, Bd. IX. Berlin: de Gruyter, 1968.
- KANT, I. An Carl Friedrich Staudlin, 4 mai, 1793. In: Akademie Textausgabe XI, Briefwechsel, Bd. II.
- AXINN, S. The logic of hope: extensions of Kant's view of religion. Value inquiry book series, v.15. Amsterdam-Atlanta: Rodopi, 1994.
- FERREIRA, M. J. "Making Room for Faith- Possibility and Hope". In: Kant and Kierkegaard on Religion. Edited by D.Z. Phillips and Timothy Tessin. New York: St. Martin's Press, 2000, pp.73-89.
- FIRESTONE, C.; JACOBS, N. In defense of Kant's religion. Bloomington: Indiana University Press, 2008.
- MICHALSON, G. E. Fallen freedom. Kant on the radical evil and moral regeneration. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PETERS, C. H. Kant's philosophy of hope. New York: Peter Lange, 1993.
- WOOD, A. W. Kant's moral religion. New York: Cornell University Press, 1990.

Resumo: O artigo que segue pretende apresentar em que termos a questão da esperança aparece no escrito sobre a religião. Esse propósito se baseia na afirmação de Kant de que *A religião nos limites da simples razão* é o domínio no qual é respondida a questão “O que me é permitido esperar?”. A partir do exame do discurso central dessa obra, conclui-se que Kant apresenta uma avaliação das condições de plausibilidade da questão “O que me é permitido esperar?”, ou seja, investiga os fundamentos a partir dos quais a esperança é viabilizada.

Palavras-chave: Kant, esperança, *Religião*, mal moral e comunidade ética.

Abstract: This paper aims to present in which terms the question of hope appears in Kant's book about religion. This purpose is based on the Kantian claim that the book *Religion within the Limits of Reason Alone* is the domain in which it answered the question “What may I hope?”. From the examination of discourse central of this written, it is concluded that Kant presents an assessment of the plausibility of the question “What may I hope?”, investigates the foundations from which hope is made possible.

Keywords: Kant, hope, *Religion*, moral evil, ethical community.

Recebido em: 12/2019

Aprovado em: 12/2019